



Construtora M & P LTDA

ENDEREÇO: RUA MANOEL BORGES N°134 QI 22 LT 06 NOVO HORIZONTE
CIDADE: CANAÃ DOS CARAJÁS-PA CNPJ: 06.011.897/0001-35
EMAIL: construtoramp@bol.com.br CELULAR: (094)9134-4551

Ilmº. Srº. Presidente da Comissão de Licitação do Município de Canaã dos Carajás - PA.

Tomada de Preços Nº004/2015 – Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Engenharia para a execução de obra de construção de uma escola, contendo seis salas de aula, a ser construída na Rua Tocantins, s/n, Vila Planalto, distrito do município de Canaã dos Carajás – PA.

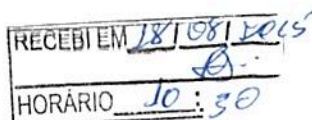
CONSTRUTORA M & P LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 06.011.897/0001-35, com sede na Rua Manoel Borges, nº 134, bairro Novo Horizonte, Canaã dos Carajás – Pa, CEP 68537-000, neste ato, representada por sua procuradora, Sra. Poliana Neris de Sousa, já qualificada nos autos do procedimento licitatório em epígrafe, vem respeitosamente, com fulcro no artigo 109, I, c, por meio de sua representante, apresentar CONTRA RAZÕES ao recurso administrativo interposto pela empresa MATHIAS COSNTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, com base nos argumentos de fato e de direito a seguir delineados.

DOS FATOS

A empresa recorrente insurge-se contra a própria inabilitação a continuar no certame apresentados argumentos que não modificam ou justificam as falhas que cometeu durante a sessão de habilitação da Tomada de Preços 004/2015.

Ora, não há como modificar o fato de que a empresa **deixou de apresentar documentos exigidos pelo edital de convocação** o que afronta diretamente o princípio da vinculação ao edital de convocação.

Por outro lado, compulsando os autos verificamos que a recorrente incorreu em outras falhas que certamente deverão ser verificadas em respeito aos princípios da Legalidade, da Isonomia e da Vinculação ao Edital de Convocação.





Construtora M & P LTDA

ENDEREÇO: RUA MANOEL BORGES N°134 QI 22 LT 06 NOVO HORIZONTE
CIDADE: CANAÃ DOS CARAJÁS-PA CNPJ: 06.011.897/0001-35
EMAIL: construtoramp@bol.com.br CELULAR: (094)9134-4551

DAS CONTRA RAZÕES

DO PEDIDO DE HABILITAÇÃO DA EBEPEC.

A recorrente requer a reforma da decisão que levou a sua inabilitação porque os motivos da mesma não apresentam lastro legal, o que certamente não pode prosperar, uma vez que, a reforma feriria frontalmente o princípio da legalidade, em especial aos arts. 27 a 31 da Lei 8666/93 e aos itens 2.2.4, 11.2 - C e 11.4 - G do edital de convocação, vejamos:

DA VISTORIA TECNICA

A vistoria técnica é requisito editalício, descrevendo o edital, inclusive todas as informações necessárias a sua realização, incluindo data, hora, local e pessoal qualificado para a realização da mesma, prevendo neste caso a participação do Engenheiro Civil que ficará responsável pela obra.

A realização da visita é possível e legal, uma vez que, a administração pode e deve cercar-se de cuidados para que a execução das obras ocorra de maneira adequada e para não ser surpreendida por reclamações posteriores quanto ao local da obra e suas condições de execução, incluindo aqui distância, solo, necessidade de aterro ou escavações, enfim, condições que só podem ser conhecidas *in loci*, e que interferem de maneira agressiva na composição dos preços a serem ofertados pelas licitantes.

Por obvio que a empresa que se apresenta para a realização da visita técnica recebeu o edital e seus anexos, incluído entre estes as exigências para que possa participar da mesma, bem como, projetos executivos e básicos, bem como orçamentos relativos a tais projetos, documentos que somente o Engenheiro Civil está habilitado a entender, avaliar e contestar, se houver necessidade.

A necessidade da visita técnica realizada por engenheiro civil está amparada especialmente na necessidade de verificação entre o projeto apresentado pela administração e as reais condições de execução da obra, não fosse assim, não haveria a necessidade de declaração do próprio engenheiro de que conhece os locais e condições para a execução das mesmas.

Por outro lado, temos que desde que adquiriu o edital, a empresa recorrente sabia da necessidade de realização da visita técnica e, em especial, do regular credenciamento de seu representante. Ocorre que a empresa não apresentou os documentos necessários para a realização da visita, tais como carta de credenciamento com firma reconhecida, entres outro.



Construtora M & P LTDA

ENDEREÇO: RUA MANOEL BORGES N°134 QI 22 LT 06 NOVO HORIZONTE
CIDADE: CANAÃ DOS CARAJÁS-PA CNPJ: 06.011.897.0001-35
EMAIL: construtoramp@bol.com.br CELULAR: (094)9134-4551

Compulsando os autos pudemos verificar que a empresa sequer consta da Ata da realização da visita técnica, ou seja, a empresa não cumpriu um requisito legal, e devidamente expresso no edital e sequer impugnou o mesmo para justificar sua ausência.

Ora, se outros licitantes se apresentaram com seus engenheiros e documentos hábeis à realização da visita, porque esta empresa também não poderia ser apresentar? O que a recorrente tem de diferente ou especial em detrimento aos demais licitantes para ficar isenta da realização da visita nos moldes descritos pelo Edital?

DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

A empresa não logrou êxito em comprovar sua habilitação jurídica nos termos do edital e a decisão que a habilitou agiu em total descumprimento ao princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório.

O edital de convocação é claro no sentido de exigir a apresentação da Constituição da empresa, **bem como de todas as suas alterações contratuais**, ao menos esta é a disposição do item 11.2 – c do edital.

11.2. Documentação Relativa à Capacidade Jurídica:

- a) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação. (modelo - Anexo III deste edital);
- b) Registro comercial, se empresa individual;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor com todas suas alterações contratuais, e Certidão Simplificada Consolidada emitida pela Junta Comercial, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos da eleição de seus administradores, além da cópia do Estatuto em vigor, devidamente registrado;

A recorrida apresentou somente a quinta alteração contratual, o que certamente contraria às exigências editalícias e deve ser levado em conta pela comissão para a análise da habilitação, não só pela clara afronta ao princípio da Vinculação do Instrumento Convocatório, como também pela garantia da isonomia entre os participantes.

Conforme já se argumentou, a habilitação das empresas mencionadas é uma afronta aos princípios da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório, princípios estes contemplados no artigo 3º da Lei de Licitações:

“Art. 3º- A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da **legalidade**, da impessoalidade, da moralidade, da **igualdade**, da



Construtora M & P LTDA

ENDEREÇO: RUA MANOEL BORGES N°134 QI 22 LT 06 NOVO HORIZONTE
CIDADE: CANAÃ DOS CARAJÁS-PA CNPJ: 06.011.897/0001-35
EMAIL: construtoramp@bol.com.br CELULAR: (094)9134-4551

publicidade, da probidade administrativa, da **vinculação ao instrumento convocatório**, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”
(grifou-se)

Art. 4º Todos quantos participem de licitação promovida pelos órgãos ou entidades a que se refere o art. 1º têm **direito público subjetivo à fiel observância do pertinente procedimento estabelecido nesta lei**, podendo qualquer cidadão acompanhar o seu desenvolvimento, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.
(grifou-se).

Em primeiro lugar, é conhecida de todos a máxima: “O Edital é a Lei interna da Licitação”. Assim, as disposições e condições editalícias devem ser cumpridas integralmente, tanto pela Administração quanto pelas empresas licitantes, salvo manifesta ilegalidade. Por este motivo, a licitante considerada vencedora estava obrigada a apresentar Licença Sanitária (ou Declaração de que era isenta desta) dentro dos prazos de validade especificados no Edital.

Caso a Licitante considerasse a exigência de apresentação de todas as alterações contratuais excessiva ou manifestamente ilegal, deveria ter se irresignado em momento oportuno, impugnando esta cláusula editalícia.

Ao não fazê-lo, e ao apresentar uma declaração de concordância com o pleno teor do Edital, restava à licitante cumprir totalmente as exigências editalícias, inclusive a do item 11.2 - c. É este o entendimento dos tribunais pátrios, conforme se pode depreender dos julgados abaixo transcritos:

EMENTA) DIREITO ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE UNIFORME ESCOLAR. BREVIDADE NO PRAZO PARA ENTREGA DE AMOSTRAS. PRAZO PREVISTO NO EDITAL. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. a) O risco de a decisão agravada resultar em lesão grave e de difícil recuperação está caracterizado pela alteração das condições iniciais da licitação e consequente comprometimento da entrega do uniforme aos alunos da rede pública de ensino do Município de Almirante Tamandaré. b) Nessas condições, considerando a previsão constante do Edital de que o licitante vencedor deveria apresentar uma amostra e laudo de laboratório no prazo de 3 (três) dias úteis, contados do primeiro dia útil subsequente à data do certame, deveria ter a Agravada se prevenido, providenciando tal laudo com antecedência. c) É bem de ver que, tal dispositivo não foi impugnado pela Agravada no momento oportuno, conforme autorizava o item 17, letra ‘b’, do referido Edital. Sendo assim, a



Construtora M & P LTDA

ENDEREÇO: RUA MANOEL BORGES N°134 QI 22 LT 06 NOVO HORIZONTE
CIDADE: CANAÃ DOS CARAJÁS-PA CNPJ: 06.011.897.0001-35
EMAIL: construtoramp@bol.com.br CELULAR: (094)9134-4551

Agravada submeteu-se às suas condições, tendo ocorrido à preclusão lógica para a impugnação de disposição editalícia. d) Portanto, não houve ilegalidade na exigência de apresentação do laudo em três dias úteis, tendo a Administração Pública observado o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, procedendo a insurgência do Agravante. 2) AGRAVO DE INSTRUMENTO A QUE SE DÁ PROVIMENTO.

(TJ-PR - RA: 10257379 PR 1025737-9 (Acórdão), Relator: Leonel Cunha, Data de Julgamento: 09/07/2013, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ: 1152 30/07/2013) (Grifou-se)

Não apenas as licitantes estavam vinculadas, ou seja, obrigadas a cumprir todas as exigências do instrumento convocatório, como também, e com ainda mais rigor, a Comissão de Licitação e seu Presidente. Como agente da Administração Pública, esta deveria pautar suas decisões pelo princípio da legalidade estrita, segundo o qual o que não é permitido, é vedado.

Portanto, em fiel observância princípio da vinculação ao instrumento convocatório, que em outras palavras, afirma que “o Edital é a lei interna da licitação”, o papel da Pregoeira é identificar, sem necessidade de provocação pelas demais licitantes, eventuais descumprimentos de exigências contidas no Edital, procedendo à inabilitação da licitante que descumpriu as disposições do instrumento convocatório. Vejamos:

DIREITO ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. Por força do princípio da vinculação do instrumento convocatório (art. 41 da Lei n. 8.666/93), não pode a Administração deixar de cumprir as normas constantes no edital de licitação, nem o particular se abster de atender às exigências ali estabelecidas. Assim, não se verifica a ocorrência de fumus boni iuris e periculum in mora. O indeferimento da liminar fica mantido. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO. (Agravado de Instrumento Nº 70056903388, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: João Barcelos de Souza Junior, Julgado em 04/12/2013) (Grifou-se)

(TJ-RS - AI: 70056903388 RS , Relator: João Barcelos de Souza Junior, Data de Julgamento: 04/12/2013, Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 10/12/2013)

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO (EDITAL). IMPOSSIBILIDADE DE MANTER NO CERTAME CONCORRENTE DESCUMPRIDOR DAS DISPOSIÇÕES EDITALÍCIAS. SEGURANÇA DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME. 1.º princípio da vinculação



Construtora M & P LTDA

ENDEREÇO: RUA MANOEL BORGES N°134 QI 22 LT 06 NOVO HORIZONTE
CIDADE: CANAÃ DOS CARAJAS-PA CNPJ: 06.011.897/0001-25
EMAIL: construtoramp@bol.com.br CELULAR: (094)9134-4551

ao instrumento convocatório deve ser observado pela Administração e pelos licitantes. 2. É inviável manter em certame licitatório concorrente que descumpra as disposições do edital, deixando de apresentar a caução necessária no prazo do instrumento editalício. 3. SEGURANÇA DENEGADA. Decisão unânime.

(TJ)-PE - MS: 122555920118170000 PE 0012255-59.2011.8.17.0000, Relator: Fernando Cerqueira, Data de Julgamento: 09/11/2011, 1º Grupo de Câmaras Cíveis, Data de Publicação: 214/2011) (Grifou-se)

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. DISPENSA DA PROPONENTE DA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS EXIGIDOS NO EDITAL DO CERTAME. ILEGITIMIDADE DO ATO. I - Como um dos princípios regentes do procedimento licitatório, o princípio da vinculação ao edital obriga não só os licitantes como também a Administração, com a devida observância ao tratamento isonômico entre os licitantes, devendo o julgamento das propostas pautar-se exclusivamente por critérios objetivos definidos no edital. II - Em observância a tal princípio, a Administração não pode dispensar proponente da apresentação dos documentos exigidos no edital de regência do certame. II - Remessa oficial desprovida. (Grifou-se)

(TRF-1 - REOMS: 6627 DF 2001.34.00.006627-0, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE, Data de Julgamento: 26/02/2007, SEXTA TURMA, Data de Publicação: 07/05/2007 DJ p.61)

Diante do exposto cumpre requerer que esta Comissão observe às exigências do edital que mantenha a inabilitação da empresa recorrente, por descumprimento do item 11.2-c.

DA QUALIFICAÇÃO ECONOMICO FINANCEIRA

A empresa não logrou êxito em cumprir com os requisitos do item 11.4 - d e g do edital de licitação, ou seja, não apresentou a comprovação de recolhimento da garantia exigida pelo edital, sendo esta a Declaração de Caução emitida pela PMCC.

O edital prevê claramente que no caso de seguro garantia é necessário que o mesmo seja apresentado à Prefeitura antes da licitação para a emissão de



Construtora M & P LTDA

ENDEREÇO: RUA MANOEL BORGES N°134 QI 22 LT 06 NOVO HORIZONTE
CIDADE: CANAÃ DOS CARAJÁS-PA CNPJ: 06.011.897.0001-35
EMAIL: construtoramp@bol.com.br CELULAR: (094)9134-4551

declaração de sua regularidade. Tal declaração deve constar dos documentos de habilitação da empresa, o que não ocorreu.

- d) Apresentar garantia da proposta no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado pela Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás, nas mesmas modalidades previstas no caput e § 1º do Art. 56 da Lei das Licitações com comprovante apresentado juntamente com os Documentos de Habilitação (ENVELOPE "01" – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO), observando-se as seguintes formas:

(...)

- g) Seguro Garantia, emitido por empresa devidamente licenciada para funcionar em território nacional, com especificação do beneficiário como sendo a Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás, com validade mínima de 60 (sessenta) dias a contar da data designada para abertura dos envelopes, devendo ser prorrogada caso seja necessária prorrogação da validade das propostas. Cujas comprovação será realizada através de DECLARAÇÃO DE CAUÇÃO emitida pela PMCC após a aferição da plena regularidade da garantia apresentada;

Observando os autos do procedimento verificamos que a empresa em um primeiro momento apresentou a referida declaração, porém com a mudança da data de abertura do procedimento e a necessidade de realização de endosso para a alteração da vigência da apólice, seria necessária a apresentação do endosso e a emissão de nova declaração de caução, visto tratar-se de um novo documento com alterações nos seus termos.

A empresa não apresentou a referida declaração e não pode portanto continuar habilitada, em razão de que não cumpriu com os requisitos do edital. O recibo de caução apresentado às folhas 0755, foi emitido em 21 de julho de 2015, e certamente não diz respeito a apólice que foi emitida em 30 de julho de 2015 constante da folha 0762 deste procedimento. Por óbvio que não há como protocolar um documento antes de sua existência.

Cumpré lembrar que outras empresas cumpriram com o requisito, fazendo, inclusive o protocolo do endosso, conforme verificamos nos autos às fls.1380. Logo, por respeito ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório e da isonomia entre os participantes deve a empresa ser inabilitada.

DO PEDIDO

Ante o supra arrazoadado, esta impugnante requer a não procedência do presente recurso, julgando todos os seus pedidos improcedentes, em especial no sentido de:

- a. De manter a inabilitação da empresa MATHIAS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.



Construtora M & P LTDA

ENDEREÇO: RUA MANOEL BORGES N°134 QI 22 LT 06 NOVO HORIZONTE
CIDADE: CANAÃ DOS CARAJÁS-PA CNPJ: 06.011.897.0001-35
EMAIL: construtoramp@bol.com.br CELULAR: (094)9134-4551

- b. Determinar a continuação do procedimento para a abertura das propostas.

Em não sendo recebidos e/ou reconhecidos os pedidos insertos acima, requer seja o presente recurso encaminhado à autoridade hierarquicamente superior, no interregno e formas legais.

Protesta ainda que toda decisão decorrente do presente recurso seja formalmente comunicada à recorrente, através dos e-mails constantes do cadastro da mesma.

Termos em que,

Pede deferimento.

Canaã dos Carajás – PA, 27 de agosto de 2015.


CONSTRUTORA M&P LTDA